

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Requerente: Pregoeiro do Município de Presidente Kennedy/ES

Processo nº: 4405/2023

Assunto: Pregão Eletrônico nº 48/2023. Processo de Licitação objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de radiologia médica, com e sem emissão de laudo, para atender o Pronto Atendimento Municipal.

PARECER PRÉVIO

Consulta-nos o Pregoeiro do Município de Presidente Kennedy/ES acerca da regularidade da Minuta de Edital que tem por objetivo a realização de Processo de Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **Menor Preço Global**, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de radiologia médica, com e sem emissão de laudo, para atender o Pronto Atendimento Municipal.

Dispensamos o relatório detalhado de todos os documentos que estão juntados aos autos, porém destacamos que a numeração do feito é sequencial, inicia-se às **fls. 02/05**, com a Solicitação Oficial Padrão (SOP) do Diretor Adm PAM, Sr. Sady Fernandes Pacheco, e finda-se às **fls. 180/211**, com a Minuta de Edital a ser analisada e o Despacho do Pregoeiro Municipal encaminhando o processo para análise desta Procuradoria Geral.

O feito foi instruído com a seguinte documentação:

- Estudo Técnico Preliminar, acompanhado do Plano Municipal de Saúde (exercício 2022-2025), bem como o Relatório de Exames, devidamente aprovado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Alessandra das Neves Lima – fls. 09/102;
- Termo de Referência – fls. 105/116;
- Dotação Orçamentária – fls. 117;
- Cadastro de Solicitações de Materiais e Serviços – fls. 118;
- Estudo Técnico atualizado – fls. 120/134;
- Termo de Referência atualizado – fls. 135/146;
- Documento Personalizado de Pesquisa de Preços e cotações – fls. 148/170;
- Quadro Comparativo de Preços Simples, Planilha de Preço Médio da Proposta de Preços Simples e Planilha de Valores Médios para Reserva Orçamentária no valor de R\$ 977.371,44 (novecentos e setenta e sete mil e trezentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos) – fls. 171/173;
- Nota de Pré Empenho nº 523/2023 – fls. 178;
- _Decreto nº 022/2023 que designa a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio – fls. 179;
- Autorização da Secretária Municipal de Saúde, Sra. Alessandra das Neves Lima, para abertura do procedimento licitatório – fls. 147-verso;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

É o Relatório. Passo à análise.

Observada a natureza e o valor da despesa verifica-se que a contratação demanda a realização de processo licitatório e a modalidade sugerida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio foi o **Pregão** na forma **Eletrônica** com tipo **Menor Preço Global**.

Cumpre-nos, preliminarmente, destacar que o Pregão é uma das modalidades de licitação utilizadas no Brasil, considerado como um aperfeiçoamento do regime de licitações para a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal para aquisição de bens ou serviços comuns, instituído pela Lei 10.520/2002, senão vejamos:

Art. 1º **Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão**, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. **Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.**

Art. 2º (VETADO)

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica. (Nosso Grifo)

A despeito disso, salientamos que o Decreto Municipal nº 115/2014 regulamentou a utilização do Pregão Eletrônico/Presencial no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

Denota-se, do art. 1º da Lei 10.520/02 que bens e serviços comuns são aqueles que geralmente são oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço. Portanto, é ato discricionário do Administrador definir o que seja bem e serviço comum, sobre este tema já se manifestou o Tribunal de Contas da União:

A Lei nº 10520, de 2002, condiciona o uso da modalidade Pregão somente aos serviços comuns, **não excluindo previamente quaisquer espécies de serviços e contratações, e o rol de bens e serviços (anexo II revogado – Dec. 1.174/2010) previstos no decreto regulamentador é meramente exemplificativo. Assim, a existência de bens e serviços comuns deverá ser avaliada pelo administrador no caso concreto**, mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes na fase interna do Procedimento licitatório. (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Processo nº TC-013.896/2004-5. Acórdão nº 817/2005 – 1ª Câmara. Relator: Ministro Valmir Campelo. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 09 de maio 2005, seção 1, p. 180-181) (Nosso Grifo)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Neste sentido, verifica-se dos autos que a avaliação quanto ao tipo de serviço/bens que serão licitados, bem como a definição da modalidade e do tipo de licitação, já foram analisadas e definidas pela Equipe de Apoio e Pregoeiro, que é a subscritor do edital, assim sendo, a análise discricionária da questão já fora suprida, não competindo a esta Procuradoria Geral opinar quanto a este aspecto.

Cabe ser ressaltado que a modalidade Pregão possibilita ainda mais o incremento da competitividade e ampliação das oportunidades de participação nas licitações, por parte dos licitantes Pessoas Jurídicas ou Físicas interessadas em vender bens e/ou serviços comuns em conformidade com os editais e contratos.

A Secretaria solicitante, a fim de facilitar na elaboração do edital pela Equipe de Apoio e Pregoeiro, apresentou o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência (Anexo I), cumprindo o art. 8º e 14 do Decreto nº 094/2020, onde definiu o objeto da licitação de forma clara, tendo apresentado sua descrição de forma detalhada, além de especificação do objeto.

Também apresentou justificativa para a contratação, obrigações das partes, e outras cláusulas importantes, tais como, prazos e condições de pagamento, conforme prevê art. 3º, inciso I, II e III da Lei 10.520/2002. Além disso, consta realização de pesquisa de preços a fim de cumprir o que determina o art. 43, IV, da Lei 8.666/93, bem como as disposições do Decreto nº 094/2020.

Verifica-se que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio receberam a ordem de abertura do procedimento licitatório, conforme se verifica às fls. **147-verso**, autuando devidamente os documentos que lhes foram apresentados, portanto, denota-se que a autuação se deu conforme estabelecido no art. 38, da Lei 8.666/93.

Registramos que a partir da **análise da Minuta de Edital** é possível detectar que esta **cumpre, de modo geral, os requisitos estabelecidos pelo Art. 40, da Lei 8.666/93, bem como demais artigos da referida lei e da Lei 10.520/2002 e do Decreto nº 094/2020.**

Destacamos ainda que, não nos compete analisar pontualmente as descrições e possíveis direcionamentos para marcas ou objetos, uma vez que não nos cabe conferir a descrição item a item.

Assim, a despesa mencionada só será concluída mediante Ordem de Compra emitida pela Secretaria Solicitante, cabendo à Contabilidade e à Secretaria da Fazenda se manifestar neste momento. **Deste modo, sugerimos que, a cada formalização de novo contrato ou emissão de ordem de fornecimento/serviço com base na Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e os Compromissários Fornecedores, sejam convocados: o responsável pela Contabilidade e o responsável pela Secretaria Municipal de Fazenda, a fim de que possam certificar a existência de dotação orçamentária e de recursos financeiros disponíveis.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Portanto, conforme se pode observar, a Minuta de Edital atendeu as regras previstas nas leis que disciplinam o assunto. Registramos, ainda, que o rol de documentos exigidos no **Item 12.5** da Minuta do Edital Minuta do Edital foram estabelecidos pela Secretaria Solicitante e estão de acordo com os Arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93.

Salientamos que a publicação do instrumento convocatório deve atender ao prazo legal de no mínimo de 08 (oito) dias úteis antes da abertura das propostas, pois assim determina o art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02. Devendo o Aviso de Edital ser publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura, em Jornal diário de circulação no estado e ainda na Imprensa Oficial do Município, no Diário Oficial do Estado se houver recursos estaduais e no Diário Oficial da União se houver recursos federais, e, para melhor garantir a ampla e irrestrita competitividade que seja publicado nos meios eletrônicos disponíveis, tais como, o site oficial do Município de Presidente Kennedy/ES. Além disso, **as cópias dos extratos de publicação efetuados em todos os meios deverão ser juntadas aos autos deste processo licitatório.**

As audiências de habilitação e abertura de propostas, e as audiências que se seguirem devem ser abertas a todos os interessados, lavrando-se a competente Ata de tudo o que vier a acontecer no recinto.

A adjudicação deverá ser feita pelo Pregoeiro, art. 4º, XX, da Lei nº 10.520/02, caso não haja recurso, havendo recurso a adjudicação caberá a autoridade competente, art. 4º, XXI. Já a homologação sempre caberá a autoridade competente, art. 4º, XXII, ambos da lei supra.

Terminados os trabalhos e efetuado o registro dos fatos, recomendamos, finalmente, a juntada ao processo de cópias autenticadas ou conferidas das Notas de Empenhos, das Notas Fiscais emitidas pela Contratada, com a quitação e do comprovante de depósito utilizado no pagamento.

Ressaltamos ainda que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar atentamente a atuação do particular contratado, onde permitirá à mesma detectar, de antemão, práticas em desconformidade com as determinações já impostas. Para tanto, **o Ordenador da Despesa deverá indicar um responsável técnico (Gestor de Contrato) para acompanhar a execução dos contratos conforme determina o art. 67 da Lei nº 8.666/1993** e conforme já se posicionou o Tribunal de Contas da União (Acórdão 595/2001, Segunda Câmara).

Registramos que **compete ao Fiscal e ao Gestor do Contrato zelar pelo seu fiel cumprimento, atestando com veracidade todos os incidentes ocorridos quanto à entrega dos materiais a serem adquiridos, bem como quanto ao desatendimento às especificações contidas no Termo de Referência e, ainda, no que se refere ao preenchimento de todos os requisitos prescritos na Instrução Normativa SFI nº 001/2013 versão 3 - aprovada pelo Decreto nº 064/2019.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PROCURADORIA GERAL

Advertimos, por fim, para que Equipe de Apoio e Pregoeiro, em todos os seus atos, estejam sempre atentas, aos princípios contidos no caput, do Art. 37, da Constituição Federal e ainda no art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

Salientamos que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 133, da Constituição Federal de 1988, e Legislação Municipal pertinente, incumbe, a este órgão de execução da Advocacia Municipal, prestar o assessoramento sob o prisma opinativo estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência, oportunidade e quantitativo dos valores discriminados e dos atos praticados no âmbito da Administração do Município, nem analisar aspectos de natureza técnico-administrativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **não vislumbramos, do ponto de vista jurídico, irregularidades que impeçam o prosseguimento do feito**, de modo que devem ser respeitados os princípios constitucionais da Administração Pública e os ditames das normas que regulamentam a matéria.

Deste modo, remetemos o presente feito à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** para aprovação da Minuta do Edital e cadastro no sistema CidadES. Após, remeta-se os autos ao **PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO** para devidas providências.

Salvo melhor juízo, é o que nos parece.

Presidente Kennedy, 16 de agosto de 2023.


RODRIGO LISBÔA CORRÊA
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO